



XVII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Popular e Solidária: a engenharia necessária para reconstruir o Brasil

21 a 25 de novembro de 2022

Rio de Janeiro - RJ, Brasil

Autoconstrução e a democratização da arquitetura e engenharia: considerações sobre formação profissional e o necessário debate de conceituação da ATHIS e do Empreendedorismo Social

Conrado Gonçalves Carvalho, Universidade Federal do Rio de Janeiro,
conrado.carvalho@fau.ufrj.br

Eduarda Alberto, Universidade Federal do Rio de Janeiro,
eduarda.alberto@fau.ufrj.br

Marcos Martinez Silvos, Universidade Federal do Rio de Janeiro, silvos@fau.ufrj.br

RESUMO

O trabalho lança luz sobre o tema da atuação profissional em arquitetura e engenharia no campo da arquitetura/engenharia social, buscando contribuir para a discussão acerca da importância do nivelamento de conceitos e definições que objetivam alçar as diversas formas de atuação ligadas à arquitetura e engenharia sociais, que tiveram, no século XXI, incrementações com a Lei Federal de ATHIS e dos recentes – e em delineação – modelos de empreendedorismo social em áreas de favelas e periferias. No sentido de contribuir para o debate da democratização da arquitetura e engenharia e o papel da formação profissional nesse processo, o trabalho faz uma revisão bibliográfica sobre o histórico da atuação de arquitetura e engenharia voltada à habitação social e traça apontamentos sobre a importância de novos direcionamentos no ensino de arquitetura e engenharia, no sentido de enfrentar os problemas habitacionais e urbanos e de pautar o fortalecimento de uma universidade plural e democrática.

PALAVRAS-CHAVE: Habitação Social. Assessoria Técnica. Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social. Empreendedorismo social. Negócio social.



XVII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Popular e Solidária: a engenharia necessária para reconstruir o Brasil

21 a 25 de novembro de 2022

Rio de Janeiro - RJ, Brasil

INTRODUÇÃO

De acordo com dados do último censo demográfico publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010 a população urbana do Brasil abrangia 80% do total de 195 milhões de habitantes. Em O Processo de Urbanização Brasileiro e a Função Social da Propriedade Urbana o professor João Sette Whitaker Ferreira (2010) descreve que mais de 50% do território urbano do país é constituído e reproduzido na informalidade, sem nenhum controle. Essa configuração socioespacial é constituída pela concentração de iniquidades refletidas em problemas habitacionais, infra estruturais urbanos e ambientais, comuns aos contextos da crise urbana dos países latino-americanos.

A pouca participação de arquitetos/as e engenheiros/as na construção e reforma das casas brasileiras é, sem dúvida, questão profunda de múltiplas causas, das quais destaca-se as de caráter público pela ausência de políticas efetivas para mitigação do problema. No entanto, a qualificação do/a profissional de arquitetura e engenharia também pode ser considerada elemento essencial nesse processo. Questão que será abordada no presente trabalho.

A condição socioeconômica da maior parte da população brasileira influencia a dinâmica dos processos construtivos das edificações nas nossas cidades. Tal condição, associada a falta de programas e políticas públicas eficazes voltadas para a habitação social, mantém significativa parcela das famílias brasileiras distante dos serviços dos/as arquitetos/as e engenheiros/as. Esse distanciamento dificulta o entendimento dessa camada da sociedade tanto sobre a importância do projeto de arquitetura, quanto sobre a atuação do/a arquiteto/a e engenheiro/a na etapa da obra, como forma de qualificar a edificação. O papel dos/as profissionais de arquitetura e engenharia é fundamental por serem o/a arquiteto e o/a engenheiro/a profissionais técnicos com atribuição para diagnosticar, pensar soluções espaciais e construtivas, com base em uma integração interdisciplinar, projetando a transformação física-estrutural e se responsabilizando



XVII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Popular e Solidária: a engenharia necessária para reconstruir o Brasil

21 a 25 de novembro de 2022

Rio de Janeiro - RJ, Brasil

pela materialização da proposta de construção ou reforma de um espaço, de maneira adequada às condições de habitabilidade e em conformidade com a demanda da família.

Dessa forma, há, pois, um enorme campo de atuação profissional a ser apropriado pelas diversas camadas sociais que tradicionalmente não contam com serviços de arquitetura e engenharia.

Paralela a essa realidade, observou-se nos últimos anos uma consistente mudança no panorama dos/as profissionais e de estudantes de arquitetura e engenharia. O país passou por um significativo aumento no número de alunos/as de graduação e consequentemente, de profissionais arquitetos/as e engenheiro/as. Muitos/as, por sinal, encontram-se hoje fora do campo de atuação profissional ou insatisfeitos com sua condição de trabalho. Esse fenômeno também trouxe mudanças no que se refere ao perfil sociodemográfico desses estudantes e profissionais.

Diferente do que ocorria até o final do século XX, atualmente observa-se no país um número notavelmente maior de arquitetos/as e engenheiros/as ou futuros profissionais que são oriundos de classes sociais baixas, moradores de territórios populares, muitas vezes localizados nas áreas periféricas das cidades. Com isso, há atualmente mais arquitetos/as, engenheiros/as e estudantes geograficamente próximos ou pertencentes a grupos sociais que historicamente tiveram menos acesso aos serviços de arquitetura e engenharia. Essa transformação histórica é decorrente das políticas públicas de expansão universitária e democratização do acesso ao Ensino Superior das gestões federais de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores. Nesse sentido, destaca-se a criação de novas Instituições de Ensino Superior Federais, a Lei de Cotas e os programas de financiamento universitário FIES e PROUNI.

No ano de 2015, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) realizou um importante estudo que veio revelar para a categoria o panorama da atuação profissional no país. A pesquisa buscou identificar a percepção que a sociedade brasileira tem da profissão de arquitetura e entender como se dá a relação da população



XVII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Popular e Solidária: a engenharia necessária para reconstruir o Brasil

21 a 25 de novembro de 2022

Rio de Janeiro - RJ, Brasil

com os/as profissionais do campo. Para o CAU/BR, o levantamento realizado visa apoiar a elaboração de “um plano de longo prazo para a valorização profissional e a promoção da Arquitetura e Urbanismo para todos” (CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL, 2015).

O resultado do diagnóstico trouxe reflexões para a categoria e mostrou o que de certo modo já era percebido pelos/as trabalhadores de arquitetura. Dos/as brasileiros/as que já realizaram reformas ou construções, menos de 15% o fizeram com a participação dos serviços profissionais de arquitetos/as ou engenheiros/as. Das pessoas que utilizaram os serviços profissionais de arquitetura e engenharia, a maior parte pertence às classes A e B1. O levantamento ainda apontou que a realidade financeira da população é o principal determinante para a execução de obras sem assistência técnica de profissionais arquitetos/as ou engenheiros/as.

Cabe destacar que em geral, nos casos em que não há a participação de arquitetos/as e engenheiros/as, as obras acontecem mediante a contratação de mestres de obras e pedreiros, figuras que assumem o posto dos profissionais que, além de realizar a construção ou reforma, irão auxiliar as famílias na definição das soluções espaciais e no quantitativo de materiais necessários para a realização da obra. Em algumas situações, ainda, as transformações ocorrem a partir da atuação dos/as próprios/as moradores/as, parentes ou amigos, em uma dinâmica de autoconstrução, muitas vezes em regime de mutirão. Além disso, a investigação realizada pelo CAU/BR em 2015 apontou outro fator que contribui para o maior protagonismo dos pedreiros e mestres de obras nas reformas e construções nas cidades brasileiras: a facilidade de acesso aos serviços desses/as trabalhadores/as.

A busca pela ampliação do campo de trabalho, pela valorização do papel dos/as arquitetos/as e engenheiros/as no cenário da construção civil e pelo efetivo enfrentamento à crise habitacional vem sendo pautados há muitos anos pelas classes profissionais. Experiências encampadas com base em muito engajamento e debate



XVII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Popular e Solidária: a engenharia necessária para reconstruir o Brasil

21 a 25 de novembro de 2022

Rio de Janeiro - RJ, Brasil

entre profissionais e com a sociedade, geraram propostas importantes e modeladas sob diversas características. Como forma de alinhar o entendimento sobre as atuações profissionais, será apresentado no texto uma revisão bibliográfica acerca de uma evolução histórica e de uma abordagem conceitual dos principais caminhos engendrados no campo da Habitação de Interesse Social (HIS) no país. A partir daí, será feita uma reflexão sobre novos modelos de atuação profissional, no contexto capitalista contemporâneo das cidades brasileiras, considerando o desinvestimento em políticas públicas habitacionais e urbanas, e a evolução das tecnologias e culturas de tecnologias da comunicação.

ATHIS COMO CONCEITO EM CONSTRUÇÃO

Em 24 de dezembro de 2008 foi sancionada a Lei nº 11.888, fruto de um longo esforço de arquitetos/as na luta por levar arquitetura adequada para a ampla camada da população brasileira que é composta por famílias de baixa renda, e que historicamente não acessam os serviços profissionais da categoria. Conhecida como a Lei de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS), ela assegura em seu texto o serviço gratuito de arquitetura, urbanismo e engenharia para famílias com renda de até três salários mínimos, tendo em vista a habitação de interesse social (BRASIL, 2008).

Na proximidade dos 14 anos da publicação da lei, na prática são poucas as experiências consolidadas de maneira fiel ao texto da lei, que de fato ofereçam gratuitamente habitações adequadas – via provisão ou melhoramento – como direito social. Desde o lançamento da lei de ATHIS à hoje, os/as arquitetos/as vêm debatendo e ensaiando formas de implementar iniciativas referenciadas integralmente ou parcialmente na lei [nº] 11.888. Assim, foram realizados muitos seminários, encontros, grupos de trabalho e publicações, em grande parte apoiados por entidades representativas e regulamentadoras da classe profissional, sobretudo o Conselho de



XVII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Popular e Solidária: a engenharia necessária para reconstruir o Brasil

21 a 25 de novembro de 2022

Rio de Janeiro - RJ, Brasil

Arquitetura e Urbanismo (CAU), criado em 2011 depois que a categoria se dissociou do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA) / Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA). Ainda sem encontrar caminhos bem pavimentados para a implementação da Lei e superação dos principais gargalos existentes para o enfrentamento à questão do déficit habitacional brasileiro, o teor das discussões mostra que persistem profundas divergências em relação ao caráter das atividades de ATHIS e ao modo como essa atuação deve se consolidar (CARDOSO; LOPES, 2022).

No bojo do debate sobre o tema, emerge a importância da definição e entendimento das atividades relacionadas com a provisão e melhoria das habitações de interesse social, bem como a necessidade da definição das diversas formas de atuação e dos termos que as designam. Nesse sentido, é preciso abordar a discussão que coloca em questão os termos “assistência técnica” e “assessoria técnica”, abordar a questão da caracterização do que de fato pode ser entendido como uma atuação em ATHIS e discutir a questão acerca do entendimento e convergências sobre outras (e novas) maneiras de atuar em moradias e territórios de vulnerabilidade social.

Considerando a complexidade da questão habitacional no país e a multiplicidade de realidades das famílias moradoras de áreas periféricas, cabe a atenção à questão habitacional de forma mais ampla, não necessariamente como a prevista nos termos da [lei nº] 11.888. É necessário que a Academia e que a categoria profissional de arquitetos/as e engenheiro/as compreenda e discuta o papel das atuações em que os serviços realizados de forma não gratuita, com recursos provindos de outras fontes que não as públicas, tal qual nas atuações de algumas Organizações Não Governamentais e as relativamente recentes iniciativas conhecidas como negócios sociais. Essa discussão e a devida definição das formas de atuação é necessária não só para a busca da ampliação do acesso aos serviços profissionais de arquitetura e engenharia, quanto para a luta pelo fortalecimento das políticas públicas habitacionais e urbanas.



XVII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Popular e Solidária: a engenharia necessária para reconstruir o Brasil
21 a 25 de novembro de 2022
Rio de Janeiro - RJ, Brasil

Há, portanto, uma relativa disputa por uma centralização em torno do termo que nomeou a Lei nº 11.888/2008, considerando que experiências de naturezas distintas e estruturalmente distantes, reivindicam-se enquanto experiência que promovem ATHIS. No sentido de refletir sobre essa questão, que é crucial para o amadurecimento e avanço no enfrentamento à questão habitacional nas estâncias políticas, iremos abordar criticamente um pouco de cada uma delas, com destaque para a ainda pouco debatida (ao menos nas escolas de arquitetura e engenharia) forma de atuação do empreendedorismo social.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA VERSUS (?) ASSESSORIA TÉCNICA

A discussão sobre a assistência técnica em arquitetura e engenharia enquanto direito social não se iniciou com a lei de 2008. A institucionalização no âmbito legislativo de uma assistência técnica para populações pobres é pauta no campo da arquitetura desde à década de 1970, sobretudo devido à experiência alavancada pelo Sindicato dos Arquitetos do Rio Grande do Sul (SAERGS) e apoiada pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia gaúcho (CREA-RS), que culminou na formulação, em 1977, do Programa de Assistência Técnica para Moradia Econômica (ATME) (CARDOSO; LOPES, 2022).

O ATME (Figura 1) previa a assistência técnica à população pobre, oferecendo profissionais para orientar as construções. Os estudos prévios que avaliaram a viabilidade do ATME, divulgados no Congresso Brasileiro de Arquitetos de 1976, afirmavam a necessidade da assistência profissional na solução da “moradia econômica”.

Conforme apresentado por Bruno de Mello (2021), os estudos avaliavam que:

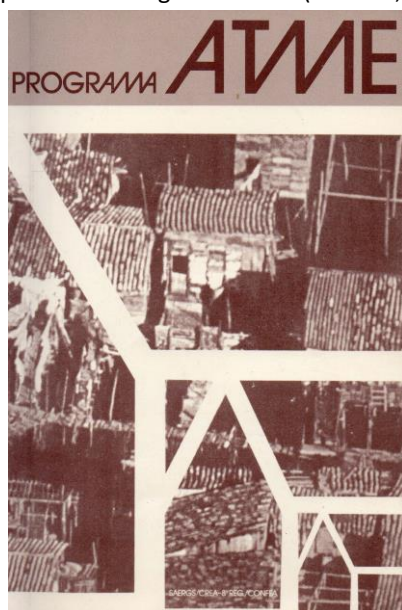
(...) não se poderia alienar os profissionais de arquitetura de **sua função social** e de sua participação nos esforços para solucionar o problema habitacional brasileiro; que nesta faixa de renda [*baixa renda*] incidia o grande percentual de casos de acobertamento de **exercício ilegal da profissão**; que a maioria das moradias brasileiras **não era abrangida** por



XVII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Popular e Solidária: a engenharia necessária para reconstruir o Brasil
21 a 25 de novembro de 2022
Rio de Janeiro - RJ, Brasil

programas de habitação governamentais; que o Banco Nacional de Habitação possuía **recursos** que poderiam ser postos à disposição para o programa; e, finalmente, que, noutras áreas de cunho social, o governo tem encontrado os caminhos para a assistência profissional às camadas mais pobres da população, **como no caso da assistência à saúde e judiciária** (Congresso Brasileiro de Arquitetos, 1976, p.98, apud DE MELLO, 2021. **Grifo e comentários** nossos).

Figura 1 – Capa do livro Programa ATME (SAERGS, 1977 – 1978).



Fonte: Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento Paraná (IAB, 2010)

Clovis Ilgenfritz, um dos arquitetos que fez parte do grupo que formulou o ATME, seguiu divulgando a proposta da Assistência Técnica para Moradia Econômica no intuito de difundi-la e torná-la realidade. Em 1988, o arquiteto elegeu-se vereador de Porto Alegre pelo Partido dos Trabalhadores para assumir o primeiro dos três mandatos sequenciais que viria a conquistar. Em 1999, conseguiu aprovar a sua proposta de transformar o Programa ATME em lei, com a aprovação da Lei Complementar nº 428, que se tornou a primeira lei municipal a regulamentar a assistência técnica no país. Contudo, a lei não culminou em concretizações práticas, ou seja, “não saiu do papel”.

Na esfera federal o termo assistência técnica no campo da arquitetura e engenharia surgiu pela primeira vez numa normativa federal em 2001, com a consolidação do Estatuto das Cidades. A normativa colocou a assistência técnica como um instrumento



XVII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Popular e Solidária: a engenharia necessária para reconstruir o Brasil
21 a 25 de novembro de 2022
Rio de Janeiro - RJ, Brasil

jurídico e político apoiado na Constituição Federal, prevendo sua implementação de forma gratuita para a parcela da população mais vulnerável socialmente. No mesmo ano, Clovis Ilgenfritz, dessa vez como deputado federal, enxergou a possibilidade de aplicar o Programa ATME em lei de amplitude nacional. Do ano de 2003 em diante, com a descontinuidade do Clovis no Congresso Federal, o deputado Zezéu Ribeiro, do Partido dos Trabalhadores da Bahia, deu prosseguimento à discussão da aprovação de uma lei federal de assistência técnica em arquitetura e engenharia, encampando um processo participativo junto à sociedade civil, mediante a realização de um conjunto de seminários e encontros que contou com a participação de entidades representativas e regulamentadoras da classe profissional (CARDOSO; LOPES, 2022).

Em 2008, após dois anos de tramitação do projeto de lei no Congresso Nacional, a Lei nº 11.888 foi sancionada. A reboque da conformação da assistência técnica para habitação de interesse social, a lei alterou a Lei nº 11.124 de 2005, criadora do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). A alteração se deu tendo em vista que os programas do FNHIS passariam a englobar a assistência técnica. No entanto, apesar da associação do FNHIS com a assistência técnica e de todo o entusiasmo pela histórica conquista da lei por parte da categoria dos arquitetos e engenheiros, poucas ações de ATHIS se consolidaram na prática. Diante dos efeitos e concretização aquém do esperado, com poucas experiências de fato realizadas no âmbito da 11.888, os/as arquitetos/as seguem no debate e na luta de caminhos para a implementação da assistência técnica em escala coerente com o déficit habitacional, o que normalmente ocorre de forma pontual e/ou por iniciativas autônomas, apesar dos esforços das entidades representativas e regulamentadoras no sentido de difundir o tema, promover debates, eventos e publicações e, mais recentemente, apoiar financeiramente algumas iniciativas por meio de editais de financiamento do CAU, que ocorrem apoiados na diretriz que determina a destinação de 2% da receita de arrecadação dos CAU-UF para o fomento da assistência técnica (CARDOSO; LOPES, 2022).



XVII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Popular e Solidária: a engenharia necessária para reconstruir o Brasil
21 a 25 de novembro de 2022
Rio de Janeiro - RJ, Brasil

De maneira diversa da assistência técnica constituída em lei e amplamente difundida com engajamento de arquitetos/as e engenheiros/as inspirados e envolvidos em práticas, as práticas das assessorias técnicas emergiram com uma natureza diferente, sendo fortemente articuladas com os movimentos sociais de luta por moradia. O contexto do surgimento das assessorias no Brasil foi a cidade de São Paulo, entre o final dos anos 1970 e o início dos 1980. Foram algumas as experiências naquele período que contribuíram para conformar uma atuação de arquitetos/as e engenheiros/as em conjunto com movimentos sociais de luta por moradia. Essas experiências estavam embasadas em princípios de autogestão e ajuda mútua, de modo que os membros da comunidade participavam ativamente no processo de decisões de projeto, da obra, articulação com os agentes envolvidos e definição de estratégias. Com a gestão da Luiza Erundina (1989-1992, Partido dos Trabalhadores) na prefeitura paulistana, foi criado o programa Funaps Comunitário (Funacom). Referenciado nas primeiras experiências das assessorias, o Funacom punha movimentos sociais e profissionais como agentes protagonistas de políticas públicas, com chancela e recursos do Estado para a produção de moradia social coerente com as necessidades das famílias e em qualidade superior às habitações produzidas pelo mercado. O Funacom foi encerrado com o fim da gestão Erundina, mas suas ações impulsionaram a criação de novos grupos de assessorias, difundindo essa forma de atuação, e buscando apoio em outros programas semelhantes, como o Programa Crédito Solidário e o mais recente Minha Casa Minha Vida – Modalidade Entidades (CARDOSO; LOPES, 2022).

Pautado em experiências anteriores, o MCMV-Entidades destaca a figura das assessorias técnicas, ainda que com algumas contradições em relação às experiências dos anos 1990. A estrutura da modalidade Entidades do MCMV dispõe às entidades de movimentos sociais a responsabilidade em assumir várias funções que antes eram compartilhadas com as assessorias. Por outro lado, as assessorias foram circunscritas em meras prestadoras de serviços, minorando o caráter de autogestão do processo.



XVII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Popular e Solidária: a engenharia necessária para reconstruir o Brasil

21 a 25 de novembro de 2022

Rio de Janeiro - RJ, Brasil

A atuação das assessorias se depara com uma série de contradições, que expõem incongruências no que se refere às definições em relação ao que é uma assessoria, com os grupos que acumulam experiência com essa atuação muitas vezes se conformando como prestadores de serviços para o poder público. Considerando o envolvimento com os movimentos sociais, mantém traços de assessoria, mas “se transformam aos poucos em assistência” (CARDOSO; LOPES, 2022).

Tendo em vista a distinta origem entre as formas de atuação, podemos compreender em que âmbito o discurso dos que pautam a assistência se distingue dos que preconizam a assessoria como caminho para o enfrentamento à questão habitacional brasileira. Ambas as abordagens, todavia, reivindicam o instrumento legal da ATHIS, apesar de a lei nº 11.888 não fazer referências expressa à necessidade de autonomia política ou protagonismo popular, focando em oferecer os serviços de arquitetura e urbanismo àqueles que não podem custeá-los (CARDOSO; LOPES, 2022).

Fernanda Simon Cardoso, em sua Dissertação de Mestrado (2021), apresenta uma organização das diferentes matrizes das duas formas de atuação (Tabela 1).

Tabela 1 – Matrizes de atuação: Assistência Técnica x Assessoria técnica

Assistência Técnica	Assessoria Técnica
Surgiu com forte envolvimento de profissionais ligados às entidades de classe.	Surgiu com forte envolvimento de profissionais com movimentos sociais de luta por moradia.
Foco no arquiteto	Equipe multidisciplinar, apesar da predominância de arquitetos.
Atendimento individual das famílias.	Atendimento coletivo das famílias.
Espaço da moradia.	Espaço da moradia + espaços coletivos + defesa do território.
Trabalho técnico para auxiliar a população que necessita de um profissional habilitado.	Trabalho técnico e político, prezando a autonomia, participação popular e autogestão.
É institucionalizada por lei, mas tem pouca conformação prática.	Muitas experiências práticas.

Fonte: Cardoso, 2021.

Em suma, ambas as formas de atuação vislumbram a democratização da arquitetura e engenharia nas cidades brasileiras. Porém, as dificuldades na implementação de propostas consistentes e na escala necessária, sobretudo no contexto de



XVII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Popular e Solidária: a engenharia necessária para reconstruir o Brasil

21 a 25 de novembro de 2022

Rio de Janeiro - RJ, Brasil

desinvestimento público na esfera urbana e habitacional, e que deem conta de contemplar a complexidade da conformação do território das cidades brasileiras e do problema habitacional, faz com que nos últimos tempos tenham surgido inúmeras iniciativas independentes do Estado, com atuações em favelas e territórios periféricos.

ATHIS E O EMPREENDEDORISMO SOCIAL

Os esforços na formulação de modelos para o enfrentamento ao déficit habitacional, independente da natureza da ação – seja ela a das assessorias, estruturadas numa associação entre entidades e profissionais, de maneira autônoma e independente do mercado e do Estado, ou seja a partir de uma atuação via relação direta entre os profissionais e as famílias – num diálogo apoiado em preceitos assistencialistas e com referências nas assistências de outros campos profissionais (como nas assistências à saúde e a jurídica), são essenciais e já transformaram a vida de inúmeras famílias pelo país, contribuindo para o ganho de qualidade de vida e para um morar mais digno, ambas tendo como norte a democratização da arquitetura e engenharia na sociedade brasileira.

No entanto, tendo em vista a complexidade da questão habitacional brasileira, com toda a sua diversidade de cenários e circunstâncias, é preciso considerar que há uma grande parcela da população que não está devidamente organizada em movimentos sociais, que não é objeto de atuação de grupos que atuam com assistência técnica, ou, ainda, que não acessam os serviços profissionais de arquitetura e engenharia, moram em regiões periféricas e possuem renda familiar maior do que 3 salários mínimos.

Nos últimos tempos, especialmente a partir da sanção da Lei de ATHIS, marco impulsionador da pauta da habitação de interesse social na categoria dos/as arquitetos/as e engenheiros/as e o boom de atuações em habitação social, na maioria das vezes de forma mais similar com os modos de assistência, passamos a observar uma nova maneira de atuar com arquitetura e engenharia em favelas e territórios periféricos.



XVII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Popular e Solidária: a engenharia necessária para reconstruir o Brasil
21 a 25 de novembro de 2022
Rio de Janeiro - RJ, Brasil

Estamos falando do empreendedorismo social em arquitetura e engenharia, que vêm ganhando espaço nas cidades e na categoria profissional. O aumento na ocorrência dessas iniciativas foi expressivo sobretudo devido o recrudescimento da crise social e econômica iniciada em 2015, e mediante o vertiginoso aumento do déficit habitacional e do desemprego, que acometeu em cheio o setor da construção civil, fazendo com que profissionais da área precisassem buscar alternativas de renda que não as oportunidades formais.

O empreendedorismo social surge na década de 1990, no pós Guerra Fria, em um cenário de falência do Estado do Bem Estar Social e de fortalecimento do liberalismo econômico, com redução dos investimentos públicos no campo social, aumento da crise social, e o crescimento das organizações do terceiro setor e da participação das empresas no investimento e nas ações sociais (OLIVEIRA, 2004). Nesse contexto, começam a surgir novos modelos de atuação, com uma organização oscilando entre o modelo privado e o terceiro setor. De acordo com estudiosos do campo, o empreendedorismo social é um conceito ainda recente e que carece de definições e consenso a respeito de uma terminologia única (ROSOLEN; TISCOSKI e COMINI, 2014).

Segundo Talita Rosolen, Gabriela Tiscoski e Graziella Comini (2014), a diversidade de conceitos e termos em torno do tema pode ser justificada pela multiplicidade de realidades em que estes empreendimentos sociais se constituem, considerando as circunstâncias econômicas, sociais e políticas de cada região. Além disso, como é um tema que atravessa diversos segmentos da sociedade – sob perspectivas distintas –, surgem também concepções particulares a partir de cada setor sobre o conceito. Em países emergentes, passou-se a adotar também os termos Negócios Sociais e Negócios Inclusivos para as experiências relacionadas com o empreendedorismo social.

O fenômeno começou com a disseminação do termo empreendedor social nos Estados Unidos e atividades de geração de renda em organizações da sociedade civil. Entretanto, hoje, apresenta maior complexidade e uma variedade de atores envolvidos, como corporações, ONGs, governos, consumidores, investidores, entre outros (ROSOLEN; TISCOSKI e COMINI, 2014).



XVII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Popular e Solidária: a engenharia necessária para reconstruir o Brasil
21 a 25 de novembro de 2022
Rio de Janeiro - RJ, Brasil

Na esfera acadêmica, as críticas aos negócios sociais se dão devido à incorporação de aspectos importados do mundo corporativo e ao pensamento de que atividades voltadas à negócios não são conciliáveis com atividades voltadas à redução de impactos sociais e ambientais (ROSOLEN; TISCOSKI e COMINI, 2014). Entre arquitetos/as e engenheiros/as brasileiros/as, as críticas se concentram no fato de que a vulnerabilidade social e ambiental e a inadequação habitacional não são compatíveis com qualquer atuação que não seja aquela de cunha público e inteiramente gratuita. Apesar disso, contraditoriamente, o próprio Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, entidade defensora e divulgadora das políticas voltadas à habitação de interesse social, por vezes divulgou, anunciou e apresentou experiências e metodologias de Negócios Sociais em arquitetura como referências de iniciativas de ATHIS, ainda que essas referências não atuem considerando a gratuidade dos serviços para famílias com renda familiar de até 3 salários mínimos. Um exemplo notório disso é a recorrente participação da iniciativa Programa Vivenda (atual Plataforma Nova Vivenda) para apresentação em seminários e oficinas do CAU (Figura 2) cujas pautas eram sobre a Lei nº 11.888/2008 (CARDOSO; LOPES, 2022).

Figura 2 – Fernando Assad, empreendedor social, *co-founder* do Programa Vivenda (atual Plataforma Nova Vivenda), em uma das suas participações em eventos do CAU sobre ATHIS.

SEMINÁRIO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
25 A 27 DE NOVEMBRO DE 2019
NO CLUBE DE ENGENHARIA
Av. Rio Branco, 124, Centro, Rio de Janeiro - RJ

26 DE NOVEMBRO

Mesa-redonda
ATHIS E MELHORIAS HABITACIONAIS
Socorro Leite (Habitat para a Humanidade)
Claudia Coelho (Prefeitura de Diadema)
Fernando Assad (Vivenda SP)
Coord.: Josemêe de Lima (coord. CPP-CAU/BR)

Fonte: BRCidades, adaptado pelos autores. Disponível em: brcidades.org/post/semin%C3%A1rio-nacional-de-athis. Acesso em: 29/08/2022.



XVII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Popular e Solidária: a engenharia necessária para reconstruir o Brasil

21 a 25 de novembro de 2022

Rio de Janeiro - RJ, Brasil

O Programa Vivenda, uma ‘startup social de construção’ foi criado ainda na primeira década do século e passou a oferecer serviços de arquitetura e engenharia (notadamente reformas) para famílias de baixa renda moradoras de favelas de São Paulo. O trabalho é custeado pelos próprios moradores via financiamento com juros mais baixos do que os cobrados por bancos convencionais e com algumas facilidades no parcelamento. Os serviços são oferecidos através de kits padronizados montados de forma a considerar essencialmente as demandas mais recorrentes do território, sem, na prática, considerar as especificidades, aspectos culturais e sociais e a subjetividade das famílias em relação ao espaço construído. Na atual versão do empreendimento, a Plataforma Nova Vivenda passou por uma expansão e por um processo de associação (relativa incorporação?) de outras iniciativas de negócios sociais menores, que passaram a contar com a estrutura e o aporte de capital do Nova Vivenda, em um processo de rede de negócios que tem se fortalecido e expandido com uma expressiva velocidade. Mais do que isso, a Plataforma Nova Vivenda estimulou e pavimentou o surgimento de novas iniciativas de Negócios Sociais em arquitetura e engenharia, que cresceram vertiginosamente em número nos últimos três anos.

O/A PROFISSIONAL EMPREENDEDOR/A SOCIAL

Considerando que os Negócios Sociais são um empreendimento que precisam de divulgação para aumentar o alcance e conhecimento sobre a oferta dos serviços, para consequentemente conseguir realizar a captação de mais clientes, é usual que essas iniciativas se apoiem em ferramentas digitais, especialmente as redes sociais, para apoiar (e impulsionar) os trabalhos. É nesse sentido, a partir das conexões feitas pelas redes sociais, particularmente o Instagram, que tem sido possível observar o surgimento de novos grupos de profissionais atuantes com Negócios Sociais em arquitetura, bem como observar o portfólio de projetos e obras realizados e a oferta dos serviços. Nesse sentido, cabe frisar que muitas vezes os Negócios Sociais vendem também pacotes de cursos de capacitação para atuação nesse campo profissional. Na maioria das vezes,



XVII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Popular e Solidária: a engenharia necessária para reconstruir o Brasil

21 a 25 de novembro de 2022

Rio de Janeiro - RJ, Brasil

ainda, essas capacitações são oferecidas como capacitações em ATHIS, ainda que não se apoiem no texto da Lei [nº] 11.888, e estejam focadas muito mais nos métodos e abordagens relacionadas com territórios e habitações de favelas e periferias.

O que pode ser observado a partir das conexões realizadas com as páginas desses empreendimentos sociais no Instagram, é que muitas vezes os profissionais que atuam nesse campo são pessoas com origem de famílias periféricas, e que em grande parte das vezes foram estudantes beneficiários de políticas afirmativas do Governo Federal, a saber a Lei de Cotas ou os programas de financiamento estudantil (FIES e PROUNI). Nesse sentido, destaca-se uma situação relativamente inédita no país, que é a da formação profissional de estudantes com um “novo” perfil sociodemográfico. Vale frisar que esse fenômeno de mudança do perfil de estudantes ocorreu de maneira geral em todos os cursos de graduação brasileiros.

No contexto da arquitetura e engenharia, porém, o presente trabalho considera que há aspectos que são relevantes nessa transformação, que dizem respeito à incorporação de pessoas (estudantes, pesquisadores/as e professores/as) oriundas de regiões e territórios com cultura construtiva e dinâmica urbana distintas em relação aos estudantes de arquitetura e engenharia do século XX. Considera-se nesse sentido, que as relações e as referências que as populações dos territórios periféricos têm em relação à arquitetura, tecnologia e processos construtivos são essencialmente diferentes. Dessa forma, é possível enxergar e compreender o engajamento, a dedicação, a relativa facilidade na abordagem e o grau de envolvimento com tecnologias e processos construtivos que esses profissionais têm em suas atuações (Figuras 3 a 6).



XVII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Popular e Solidária: a engenharia necessária para reconstruir o Brasil
21 a 25 de novembro de 2022
Rio de Janeiro - RJ, Brasil

Figura 3 – Favelar.



Favelar

Conectamos profissionais da construção civil a moradores de favelas e periferias que desejam construir ou reformar.

www.favelar.com.br

Fonte: Favelar, modificado pelos autores. Disponível em: [instagram.com/p/CRmA3ugpxUv](https://www.instagram.com/p/CRmA3ugpxUv). Acesso em: 29/08/2022.

Figura 4 – Viva! Arquitetura Popular.



Viva! Arquitetura Popular

Serviço de assistência residencial

🌿 Sustentabilidade para Bairros Populares!

🏠 Arquitetura Bioclimática

👷 Projetos • Obras

🌱 Educação Ambiental

🚀 Startup Socioambiental!

👉 Vem

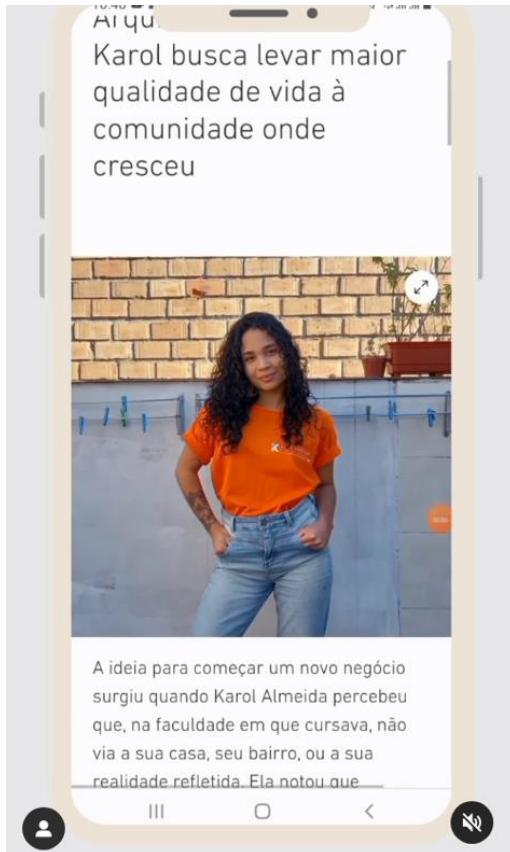
linktr.ee/vivaarquiteturapopular

Fonte: Viva! Arquitetura Popular, modificado pelos autores. Disponível em: [instagram.com/p/CH1BodT12ON](https://www.instagram.com/p/CH1BodT12ON). Acesso em: 29/08/2022



XVII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Popular e Solidária: a engenharia necessária para reconstruir o Brasil
21 a 25 de novembro de 2022
Rio de Janeiro - RJ, Brasil

Figura 5 – Kopa Coletiva – Arquitetura Popular.



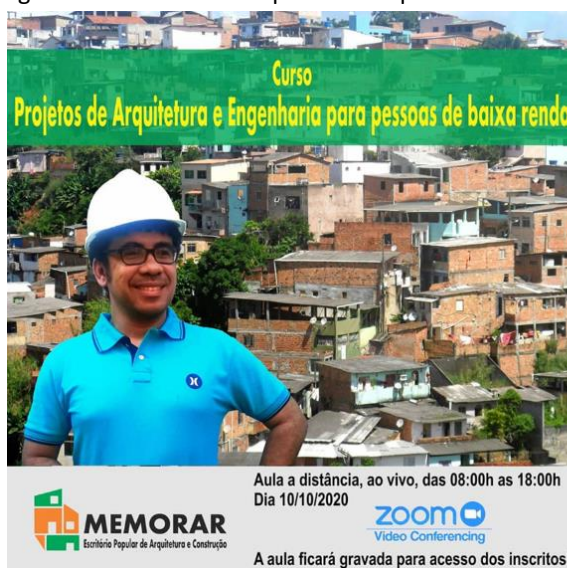
Kopa Coletiva • Arquitetura Popular

Empreendedor(a)

- Projetos, reformas e arquitetura pra periferia
- Negócio de Impacto Social
- Bora reformar?

Fonte: Kopa Coletiva – Arquitetura Popular, modificado pelos autores. Disponível em: [instagram.com/p/Cgri9vjjGwx](https://www.instagram.com/p/Cgri9vjjGwx). Acesso em: 29/08/2022.

Figura 6 – Memorar – Arquitetura Popular.



Memorar - Arquitetura Popular

Reforma residencial

Construindo Sonhos, Reformando Realidades

- Reformas
- Projeto de Edificação que cabe no bolso
- Vistorias
- Regularização de imóveis

Negócio Social

linktr.ee/Memorar.arq

Fonte: Memorar – Arquitetura Popular, modificado pelos autores. Disponível em: [instagram.com/p/CGGISjTFcJB](https://www.instagram.com/p/CGGISjTFcJB). Acesso em: 29/08/2022.



XVII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Popular e Solidária: a engenharia necessária para reconstruir o Brasil
21 a 25 de novembro de 2022
Rio de Janeiro - RJ, Brasil

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho busca organizar algumas reflexões acerca da atuação profissional de arquitetura e urbanismo tendo em vista a mitigação da crise urbana, sobretudo o problema do déficit habitacional. Apresenta isso de forma contextualizada com aspectos sociais e econômicos da contemporaneidade, e a partir de costuras que atravessam gargalos e impasses no debate sobre democratizar a arquitetura e a engenharia e levar os serviços da categoria para a grande parte da população brasileira que não acessa o/a arquiteto/a e o/a engenheiro/a, sobretudo as famílias socialmente vulneráveis.

O texto lança luz sobre um tema necessário de ser abordado e aprofundado pela Academia, no sentido de compreender o fenômeno do surgimento e ampliação dos Negócios Sociais em arquitetura e engenharia, chamando a atenção para a importância das definições (e divulgações) dos conceitos e definições das mais diversas de atuação profissional em territórios periféricos, considerando o amplo espectro social e infra estrutural presente nas periferias. É necessário também investigar o surgimento e ampliação desse modelo de atuação, observando o perfil dos/as profissionais atuantes no sentido de fazer uma correlação com os efeitos das políticas afirmativas na universidade e no intuito de correlacionar esse cenário com a discussão sobre a importância de um ensino de arquitetura e engenharia que busque de fato incorporar o atendimento às reais demandas cotidianas da sociedade brasileira.

É fundamental, pois, que busquemos fortalecer a luta por uma arquitetura e engenharia pública, gratuita, coerente com a inserção urbana e com o contexto da família, visando garantir a segurança, saúde e conforto dos moradores. É essencial, também, tendo em vista a ampla estratificação social das famílias que historicamente não acessam os serviços de arquitetura e engenharia, que haja espaço para outros modelos de atuação profissional de forma a levar arquitetura e engenharia adequadas para as famílias brasileiras que tenham recursos a despender para isso.



XVII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Popular e Solidária: a engenharia necessária para reconstruir o Brasil

21 a 25 de novembro de 2022

Rio de Janeiro - RJ, Brasil

Vale ressaltar, contudo, que no contexto capitalista neoliberal do século XXI, com sucessivos ataques às políticas públicas e ventilação de ideias sobre a diminuição do papel do Estado na vida da população, é muito perigoso confundir política pública de habitação de interesse social com qualquer proposta que não seja a de atendimento gratuito à população mais vulnerável. De modo que a real e profunda transformação social não irá ocorrer por mérito das famílias, e sim por ações reparadoras e investimento do Estado.

Desse modo, é preciso cuidar para que o modelo dos Negócios Sociais (ou coisa parecida que venha a surgir) não seja entendido como o modelo a substituir as políticas públicas, como caminho para solucionar os problemas habitacionais brasileiros. A disputa em torno do termo ATHIS e as contradições do CAU e dos empreendedores sociais, que por vezes tratam ATHIS como Negócio Social, nos mostra o tamanho do problema e a distância que estamos de, de fato, superarmos gargalos e definirmos modelos

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE PESQUISA – ABEP. Critério Brasil de classificação econômica. São Paulo, 2019. Disponível em: <<http://www.abep.org/criterio-brasil>>. Acesso em: 08/10/2020.

BRASIL. Lei nº 11.888/2008, de 24 de dezembro de 2008. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005. Diário Oficial da União, Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11888.htm>. Acesso em: 20/09/2020.



XVII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Popular e Solidária: a engenharia necessária para reconstruir o Brasil

21 a 25 de novembro de 2022

Rio de Janeiro - RJ, Brasil

CAU/BR. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. Pesquisa CAU/BR Datafolha. Brasília, CAU/BR; Instituto Datafolha, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.caubr.gov.br/pesquisa2015>>. Acesso em: 05/10/2020.

CARDOSO, Fernanda Simon; LOPES, João Marcos de Almeida. Assessoria e Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social: do discurso à construção da prática profissional. In.: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v.24, São Paulo, 2022.

CARDOSO, Fernanda Simon. Ente o discurso e a construção da prática profissional do arquiteto e urbanista: experiências contemporâneas em assessoria e assistência técnica para habitação de interesse social no Brasil. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2021.

DE MELLO, Bruno Cesar Euphrasio. ATMI: gênese da lei de Assistência Técnica em Habitação Social. In: RISCO Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo do IAU USP, V.19. São Paulo: IAU USP, 2021.

FERREIRA, J. (2010). O processo de urbanização brasileiro e a função social da propriedade urbana. In: Ações integradas de urbanização de assentamentos precários; Brasília/São Paulo: Ministério das Cidades/Aliança das Cidades.

IAB. Manual para a implantação da assistência técnica pública e gratuita a famílias de baixa renda para projeto e construção de habitação de interesse social. Institutos de Arquitetos do Brasil – Departamento Paraná, 2010.

OLIVEIRA, Edson Marques. Empreendedorismo social no Brasil: atual configuração, perspectivas e desafios – notas introdutórias. In.: Revista da FAE, V.7, n.2, 2004.

ROSOLEN, Talita; TISCOSKI, Gabriela; COMINI, GRAZIELLA. Empreendedorismo Social e Negócios Sociais: um estudo bibliométrico da publicação nacional e internacional. In.: RIGS, v.3, n.1, UFBA – Salvador, 2014.